



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

EDITAL CGPGE Nº 001/2020 DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO

Estabelece as normas do processo de seleção para ingresso no programa de estágio remunerado de Pós-Graduação (**Programa de Residência Jurídica**) na Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, área de Direito.

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, por ordem do Sr. Procurador-Geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia Rocha e sob a coordenação da Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado, conforme atribuições regulamentadas pela Instrução Normativa nº 001/2020-PGE, que estabelece normas para o estágio no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, vem, através da Comissão de Seleção de Estágio 2020, composta pelos Procuradores do Estado do Maranhão Bruno Tomé Fonseca, Daniel Palácio de Azevedo, Luciana Cardoso Maia, Eduardo Philipe Magalhães da Silva, Thaís Iluminata César Cavalcante, Eduardo Luiz de Paula Leite, Marcus Vinicius Bacellar Romano e Amanda Pinto Neves, instituir o presente Edital, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. Objetivo.

Normatizar o processo seletivo de estágio para o ano de 2020, para alunos regularmente matriculados, que estejam cursando Pós-Graduação na área do Direito, para ingresso no programa de estágio de Pós-Graduação (Programa de Residência Jurídica), mantido pela Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, em sua sede na Capital do Estado.

2. Programa de Estágio de Pós-Graduação – Residência Jurídica.

O programa de estágio de Pós-Graduação destina-se à complementação educacional e ao desenvolvimento profissional na formação acadêmica do estagiário, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com o Estado do Maranhão, e realizar-se-á nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Instrução Normativa nº 001/2020-PGE.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

3. Área de Atuação.

O estagiário atuará sob a supervisão de Procuradores do Estado, executando as atividades de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, auxiliando a elaboração de peças processuais, acompanhando audiências, dentre outras atividades relacionadas aos fins estabelecidos pelo art. 3º, 41 e 47 da IN nº 001/2020-PGE.

4. Remuneração e Carga-Horária.

O estágio será desenvolvido em jornada semanal de 30 (trinta) horas, conforme disposto no art. 2º, III, da IN nº 0001/2020-PGE, remunerado mensalmente mediante bolsa de estágio fixada em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), acrescida de auxílio-transporte, de acordo com o disposto no art. 30, da IN nº 001/2020-PGE.

5. Vagas.

As vagas existentes poderão ser preenchidas ao longo da validade da presente seleção, mediante a convocação dos candidatos aprovados e de acordo com as necessidades da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão.

Do total de vagas disponíveis para estágio, 10% (dez por cento) serão reservadas para candidatos portadores de deficiência, respeitadas as etapas do processo seletivo.

6. Inscrições.

Serão realizadas na sede da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, situada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, Quadra 22, Lote 25, Quintas do Calhau, nesta cidade, tel. (98) 3235-6767, no período de 16 a 31 de março de 2020, através do preenchimento de ficha de inscrição constante no Anexo I, da entrega de um kit contendo 03 kg (três quilos) de alimentos não perecíveis de espécies distintas, excetuando-se sal, para serem doados a entidades beneficentes de auxílio a portadores de doenças graves, crianças e idosos.

No caso de candidato portador de deficiência deverá apresentar laudo médico atestando a condição de deficiência.

Não será aceito como estagiário servidor pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Procuradoria Geral do Estado.

7. Conteúdo.

O processo seletivo abordará os assuntos constantes do Anexo II deste Edital.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

8. Procedimento de Avaliação.

O processo de avaliação, que será realizado em local a ser definido, respeitará o seguinte cronograma:

Evento	Data
Inscrições: Preenchimento da ficha de inscrição via <i>internet</i>	16 a 31 de março de 2020
Aplicação da Prova Escrita Objetiva	25 de abril de 2020
Divulgação do Gabarito	27 de abril de 2020
Divulgação do Resultado da Prova Escrita Objetiva	30 de abril de 2020
Recebimento de Recursos	04 e 05 de maio de 2020
Divulgação do resultado após Análise dos Recursos	08 de maio de 2020
Inspeção do Material da Prova Escrita Discursiva	13 e 14 de maio de 2020
Aplicação da Prova Escrita Discursiva	15 de maio de 2020
Divulgação do Espelho da Prova Discursiva	18 de maio de 2020
Divulgação do Resultado da Prova Escrita Discursiva	26 de maio de 2020
Recebimento de Recursos	27 a 29 de maio
Divulgação do resultado após Análise dos Recursos	09 de junho
Apresentação dos Documentos para Análise Curricular	10 a 12 de junho de 2020
Divulgação do Resultado Final após Análise Curricular	17 de junho de 2020
Recebimento de Recursos	18 e 19 de junho de 2020
Divulgação do resultado após Análise dos Recursos	26 de junho 2020

Os candidatos devem comparecer ao local das provas escritas – na data e horário definidos – com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documentos de identificação oficial com foto e caneta esferográfica azul ou preta, e trajando vestuário compatível com o acesso a repartições públicas estaduais, não sendo permitido o uso de bermudas, “shorts” e microssaias.

Não será permitida consulta a qualquer material de apoio, inclusive consulta à legislação, verbetes sumulares, livros, dentre outros, **durante a realização da prova escrita objetiva**. Para realização da **prova escrita discursiva**, o candidato poderá consultar legislação desacompanhada de qualquer anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial.

O candidato deverá submeter o material de consulta à prévia inspeção e lacre pela Comissão de Seleção de Estágio. A inspeção será realizada na sede da Procuradoria Geral do Estado, na data indicada no cronograma, das 14h às 18h.

As provas escritas terão duração de 04 (quatro) horas.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

Caberá recurso contra o resultado das provas escritas no prazo estabelecido no cronograma.

9. Provas.

A seleção será composta de duas provas escritas, sendo uma prova objetiva (questões de múltipla escolha) e outra discursiva, ambas de caráter eliminatório e classificatório, e exame curricular, como critério de classificação.

A prova escrita objetiva terá 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas cada, enquanto a prova escrita subjetiva contará com 04 (questões) e uma peça ou parecer, todas contemplando o conteúdo programático contido no item 07 (sete), nas quais também será avaliado o correto uso da Língua Portuguesa.

Serão convocados a realizar a prova escrita discursiva os candidatos que obtiverem aproveitamento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da prova escrita objetiva, limitado aos 40 (quarenta) melhores colocados, contemplando todos aqueles que empatarem na última colocação.

Consideram-se aprovados os candidatos que alcançarem percentual de acerto igual ou superior a 70% (setenta por cento) das questões das provas escritas.

10. Exame Curricular.

A documentação apta para o exame curricular deve ser entregue na sede da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, situada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, Quadra 22, Lote 25, Quintas do Calhau, nesta cidade, tel. (98) 3235-6767, conforme cronograma constante no item 08 (oito) deste Edital, exclusivamente no turno vespertino, e levará em consideração as seguintes pontuações:

Título	Comprovação	Pontuação	Limite	Duração Mínima
Pós-Graduação “Lato Sensu”, em nível de Especialização	Certificado ou Declaração de Conclusão do Curso, com reconhecimento pelo MEC.	0,2 (dois décimos)	0,4 (quatro décimos)	360 (trezentos e sessenta) horas
Pós-Graduação “Stricto Sensu”, em nível de Mestrado	Certificado ou Declaração de Conclusão do Curso, com reconhecimento pelo MEC.	0,5 (cinco décimos)	1,0 (um)	



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

Pós-Graduação “Stricto Sensu”, em nível de Doutorado	Certificado ou Declaração de Conclusão do Curso, com reconhecimento pelo MEC.	1,0 (um	2,0 (dois);	
Estágio jurídico em órgão ou entidade pública	Declaração do Gestor ou Autoridade responsável pelo controle dos estagiários ou indicação da atividade extracurricular no histórico acadêmico.	0,25 (vinte e cinco centésimos)	0,5 (cinco décimos)	06 (seis) meses ao ano
Publicação de livros ou artigos jurídicos	Cópia da capa da publicação, do sumário da publicação contendo o título do artigo publicado e respectiva indicação do ISSN ou ISBN.	0,3 (três décimos)	0,6 (seis décimos)	
Prática profissional na área do Direito	Declaração de órgão ou entidade pública que comprove o exercício de atividade jurídica de no mínimo 06 (seis) meses ao ano ou 05 (protocolos) acompanhados da respectiva peça judicial, por ano.	0,1 (um décimo) por ano	0,5 (cinco décimos)	06 (seis) meses ao ano.
Exercício do magistério na área do direito	Declaração da Instituição de Ensino.	0,2 (dois décimos) por ano	0,8 (oito décimos)	08 (oito) meses ao ano.

Os títulos só serão reconhecidos se vinculados à área do Direito.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

11. Classificação.

A classificação será resultante da soma das pontuações obtidas em todas as fases da seleção.

Em caso de empate serão adotados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- (a) Maior pontuação no somatório das provas escritas;
- (b) Maior pontuação na prova discursiva;
- (c) Maior pontuação na prática profissional na área do Direito;
- (d) Candidato com idade mais elevada.

12. Divulgação dos Resultados.

Todos os resultados do processo de seleção serão divulgados no *site* da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (www.pge.ma.gov.br), nas datas indicadas no cronograma constante do item 8 (oito) deste Edital.

13. Convocação dos Aprovados.

Os candidatos aprovados serão convocados para ingressar no programa de estágio de acordo com a ordem estabelecida no Resultado Final, e na medida das vagas disponíveis.

Só firmarão termo de compromisso com esta Procuradoria Geral do Estado os candidatos convocados cuja previsão de encerramento da Pós-Graduação possibilite a permanência no estágio por um período mínimo de 06 (seis) meses, contados do ato de convocação.

14. Validade da Seleção.

A presente Seleção suprirá as necessidades de estagiários desta Procuradoria Geral do Estado pelo período de 01 (um) ano, contados do término da seleção.

15. Disposições Finais.

O candidato aprovado tem o dever de manter seus dados atualizados junto à Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado, sob pena de, não localizado por



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

insuficiência ou desatualização dos dados cadastrais, ser preterido em favor dos demais classificados.

São Luís, 20 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Maia Rocha
Procurador Geral do Estado

Daniel Palácio de Azevedo
Corregedor Geral/PGE-MA



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO NA SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO REMUNERADO DE PÓS- GRADUAÇÃO (RESIDÊNCIA JURÍDICA – PGE/MA)

NOME: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: _____

DATA: ____/____/____

Confirmo e declaro como verdadeiros os dados acima mencionados, requerendo a minha inscrição no processo seletivo para estagiários da PGE/MA, bem como declaro estar ciente das condições para ingresso no Programa de Estágio, descritas no item 6 do Edital.

ASSINATURA DO ALUNO (A): _____

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

NOME: _____

DATA DE RECEBIMENTO ____/____/____

ASSINATURA: _____



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

ANEXO II

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente até a data da publicação do Edital de Abertura das Inscrições, bem como jurisprudência dominante e Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- I. 1. Direito constitucional: conceito e objeto, origem, formação, conteúdo, fontes, métodos de trabalho.
2. Constituição: tipologia, classificação, concepções, legitimidade, pauta normativa e pauta axiológica. A força normativa da Constituição.
3. A constitucionalização simbólica: a constitucionalização, texto constitucional e realidade constitucional. Efetividade das normas constitucionais.
4. Do sistema constitucional: a Constituição como um sistema de normas. Os valores na Constituição. Dos preceitos fundamentais. Fins e funções do Estado.
5. Normas constitucionais: natureza, classificação, lacunas na Constituição, espécies e características, princípios jurídicos e regras de direito. Aplicação da Constituição no tempo e no espaço. Eficácia das normas constitucionais e tutela das situações subjetivas. Orçamento e reserva do possível.
6. Hermenêutica e interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação. Princípios de interpretação especificamente constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Criação judicial do Direito.
7. Neoconstitucionalismo. Jurisdição constitucional e consequências da interpretação.
8. Poder constituinte: a) perspectivas históricas; b) Poder constituinte originário: caracterização, função, finalidade, atributos, natureza; c) Espécies de poder constituinte derivado: atuação e limitações; d) Poder constituinte supranacional.
9. Controle de constitucionalidade. Supremacia da Constituição Federal. Teoria da inconstitucionalidade. Teoria da recepção. O controle difuso da constitucionalidade. O controle concentrado da constitucionalidade (ADI, ADC, ADPF). Mutações constitucionais. Técnicas de decisões nos tribunais constitucionais. Controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal.
10. Processo e julgamento das ações declaratória de constitucionalidade e direta de inconstitucionalidade (Lei Federal n. 9.868/1999)
11. Processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal n. 9.882/1999).
- II. 1. Organização do Estado: a) Formação, desenvolvimento, evolução, soberania, globalização, comunidades internacionais; b) Estado Federal: conceito, surgimento, evolução e características, vedações; c) Federação brasileira: componentes e intervenção. Competências e sua repartição. Conflitos jurídicos no Estado Federal brasileiro; d) Federalismo cooperativo, princípio da solidariedade e igualação das condições sociais de vida.
2. União: natureza jurídica, competências e bens.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

-
3. Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites, Constituição Estadual e seus elementos e organização política do Estado do Maranhão.
 4. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites, lei orgânica e seus elementos, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
 5. Distrito Federal e Territórios.
 6. Organização administrativa do Estado: a) Administração Pública: noção, normas e organização; b) Princípios constitucionais da Administração Pública; c) Servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional; d) Responsabilidade Civil do Estado.
 7. Organização funcional do Estado: a) princípio da separação dos poderes: essência, evolução, significado e atualidade; b) controles interorgânicos e funções típicas e atípicas de cada poder.
 8. Poder Legislativo: a) funções, organização e funcionamento; b) atos parlamentares; c) espécies normativas; d) processo legislativo; e) Lei Complementar Federal nº 93/95; f) estatuto dos congressistas; g) Tribunal de Contas.
 9. Poder Executivo: a) Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições; b) Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
 10. Poder Judiciário: a) funções, organização, competências e funcionamento; b) estatuto da magistratura e seus princípios informativos; c) garantias institucionais da função judicial; d) precatórios; e) jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; f) súmula vinculante; g) Conselho Nacional de Justiça; h) responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais; i) o papel do tribunal constitucional na efetivação da Justiça; j) políticas públicas e controle jurisdicional.
 11. Funções essenciais à Justiça: a) Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia: regime jurídico; b) Procuradoria Geral do Estado: enquadramento constitucional, princípios, garantias institucionais e funcionais.
 12. Sistema constitucional das crises: a) estado de defesa; b) estado de sítio; c) Forças armadas; d) Segurança pública.
 13. Finanças públicas: a) normas gerais; b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária.
 14. Ordem econômica e financeira: a) princípios gerais e fins da ordem econômica; b) atuação e posicionamento do Estado no domínio econômico; c) das propriedades na ordem econômica; d) política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico; e) política agrícola fundiária e reforma agrária; f) sistema financeiro nacional; g) a justiça social.
 15. Ordem social: a) fundamentos e objetivos; b) seguridade social; c) educação, cultura e desporto; d) comunicação social; e) meio ambiente; f) família, criança, adolescente e idoso; g) índios; h) a justiça social.
- III. 1. Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, estrutura, características, funções, titularidade, destinatários, espécies, colisão e ponderação de valores. Teoria geral das garantias. O conflito de direitos fundamentais. Limitações dos direitos fundamentais. A teoria da imanência.
2. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

-
3. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: direito de resistência e direito de petição.
 4. Direitos sociais. Teoria geral dos direitos sociais. Classificação. Efetivação. Intervenção do Poder Judiciário em tema de implementação de políticas públicas.
 5. Direito de nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
 6. Direito de cidadania: direitos políticos positivos e negativos, partidos políticos.
- IV. 1. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- V. Constituição do Estado do Maranhão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Função administrativa: conceito e distinção das demais funções estatais. O regime jurídico administrativo e o interesse público. Manifestações do exercício de poder na função administrativa (“Poderes da Administração”).
2. A Constituição Federal e os princípios da Administração Pública. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo.
3. Organização administrativa: desconcentração e descentralização. Órgãos administrativos. Administração indireta. Tutela dos entes da Administração Indireta.
4. Agentes públicos: Classificação. Cargo, emprego e função pública. Direito de Greve. Regime constitucional dos servidores públicos. Regime previdenciário (Lei Complementar Estadual nº 73/2004). Responsabilidade do servidor público. Improbidade Administrativa. Ressarcimento ao erário. Lei n. 8.429/92.
5. Ato administrativo: caracterização. Fato administrativo. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Atributos do ato administrativo. Elementos. Vícios. Discricionariedade e vinculação na produção dos atos administrativos. Principais espécies. Formas de extinção. Convalidação. Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos. Contratos Administrativos.
6. Processo administrativo: Objetivos. Princípios. Fases. Espécies. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. Processos disciplinares. Lei Estadual n. 8.959/2009 (Processo Administrativo no Estado do Maranhão).
7. Poder de polícia administrativa. Caracterização. Atributos. Manifestações do poder de polícia. Princípios limitadores do poder de polícia. Abuso de autoridade.
8. Sistemas de controle da administração pública; controle administrativo, controle legislativo, controle judiciário.
9. Bens públicos. Conceito. Classificação. Regime jurídico. Alienação. Uso dos bens públicos pelos particulares. Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001).
10. Limitações ao direito de propriedade. Função social da propriedade. Tombamento. Servidão.
11. Desapropriação. Requisitos. Bens suscetíveis. Espécies previstas no ordenamento. Procedimentos. Meios de defesa do expropriado. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse. Destino dos bens desapropriados. Retrocessão.
12. Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade, procedimentos e modalidades. A Lei nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores. Parceria público-privada no âmbito da União, Estados e Municípios e no Estado do Maranhão. Consórcios



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

Públicos. Organizações Sociais, OSCIPs. Lei Federal n. 13.019/2014 (regime jurídico das parcerias voluntárias). Lei Federal n. 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC).

13. Serviço público. Conceito. Classificação. Princípios. Formas de delegação de serviço público. Extinção, reversão dos bens. Direitos dos usuários de serviço público.

14. Responsabilidade extracontratual do Estado. Caracterização. Causas de exclusão e mitigação. Procedimento administrativo e judicial.

15. Sistema Único de Saúde (Lei Federal n. 8.080/90).

16. A advocacia do Estado. Atividades do Procurador do Estado (Lei Complementar n. 20/94 e demais alterações). Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (Lei n. 6.107/94 e alterações posteriores).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Princípios reitores do Processo Civil. Princípios constitucionais expressos e implícitos. Princípio da cooperação.

2. Teoria da ação: elementos, condições, tipologia das ações.

3. Normas processuais civis: normas fundamentais do processo civil, interpretação e aplicação das normas processuais.

4. Jurisdição e competência: conceituação.

5. Função jurisdicional: limites da jurisdição nacional, cooperação internacional. Competência interna e cooperação nacional.

6. Sujeitos do processo. Partes e procuradores: capacidade e deveres. Litisconsórcio. Modalidades de intervenção de terceiros. Juiz e auxiliares da Justiça: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimentos e suspeição. Ministério Público. Advocacia pública. Defensoria Pública.

7. Atos processuais. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos: verificação, natureza e contagem. Preclusão. Comunicação dos atos processuais. Nulidades: conceituação e classificação. Distribuição e registro. Valor da causa.

8. Tutelas provisórias: conceituação e características. Tutela de urgência. Tutela antecipada e tutela cautelar requeridas em caráter antecedente. Tutela da evidência. Medidas cautelares contra o poder público.

9. Formação, suspensão e extinção do processo.

10. Processo de conhecimento e cumprimento de sentença. Procedimento comum: petição inicial, improcedência liminar 21 do pedido, audiências de conciliação e mediação, contestação, reconvenção e revelia. Providências de saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento.

11. Provas. Teoria da prova. A função probatória no processo civil. Produção antecipada de prova. Ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa. Prova documental: força probante, arguição de falsidade, produção e documentos eletrônicos. Prova testemunhal: admissibilidade, valor e produção. Prova pericial. Inspeções judiciais.

12. Sentença e coisa julgada. Teoria da decisão judicial. Elementos e efeitos da sentença. Remessa necessária. Julgamento das ações relativas a prestações de fazer, não fazer e entregar coisa. Conceito de coisa julgada. A coisa julgada no processo civil. Efeitos da coisa julgada. Liquidação de sentença.

13. Cumprimento das sentenças. Sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa: cumprimentos provisório e definitivo. Sentença que reconhece a



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

exigibilidade da obrigação de prestar alimentos. Sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.

14. Procedimentos especiais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ação Monitória. Restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária.

15. Processo de execução. Execução em geral. Partes e competência. Requisitos da execução. Responsabilidade patrimonial. Execuções em espécie: obrigações de entrega de coisa, obrigações de fazer ou de não fazer, execuções por quantia certa, execuções contra a Fazenda Pública, execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção das execuções. Impenhorabilidade do bem de família.

16. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. Teoria dos recursos: conceito, classificações, juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Duplo grau de jurisdição. Efeitos dos recursos. Recursos adesivos. Deveres dos tribunais. Ordem dos processos no tribunal. Teoria do precedente. Súmulas vinculantes.

17. Processos e incidentes de competência originária nos tribunais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisões estrangeiras e concessão de *exequatur* à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação.

18. Recursos ordinários em espécie: apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração. Disposições comuns e específicas.

19. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Recurso ordinário. Requisitos específicos dos recursos a tribunais superiores. Óbices de admissibilidade. Súmulas do STJ e do STF em matéria recursal. Recurso Extraordinário e Recurso Especial. Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Embargos de Divergência.

20. Direito processual coletivo. Conceito e princípios das tutelas coletivas. Regramento da competência. Conexão e litispendência. Legitimidade ad causam. Inquérito civil: natureza jurídica, características, formas de instauração, arquivamento e o papel do Conselho Superior do Ministério Público. Compromisso de ajustamento de conduta: autorizados a celebrar, conteúdo, limites, efeitos. Execução do compromisso de ajustamento de conduta. Especificidades do processo coletivo: intervenção de terceiros, liquidação e execução de sentença, coisa julgada e reexame necessário.

21. Ação civil pública. Ritos e medidas antecipatórias na proteção da probidade administrativa, patrimônio público, consumidor e meio ambiente. Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90). Ação de ressarcimento ao erário.

22. Juizados especiais cíveis e da Fazenda Pública.

23. Assistência judiciária.

24. Prescrição das ações contra a Fazenda Pública e suas dívidas (Decreto n. 20.910/1932 e Decreto-lei n. 4.597/1942).

25. Ações constitucionais. Mandado de Segurança individual e coletivo (Lei n. 12.016/09). Mandado de injunção. Ação popular. Habeas data.

26. Processo judicial eletrônico. Informatização do processo judicial.

27. Ação Popular (Lei n. 4.717/65); Ação de Alimentos (Lei n. 5.478/68); Impenhorabilidade do bem de família (Lei n. 8.009/90); Concessão de medidas cautelares



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

contra atos do Poder Público (Lei n. 8.437/92); A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (Lei n. 11.417/2006); Informatização do processo judicial (Lei n. 11.419/06); A mediação e a autocomposição de conflitos (Lei n. 13.140/15).

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Interpretação e integração das leis. Ordenamento jurídico material. Direito e moral. Direito público e privado. Direitos absolutos e relativos. Norma jurídica. Relação jurídica material. Fontes do direito. Classificação das leis pela sua natureza. Vigência, eficácia, hierarquia e revogação das leis. Conflito de leis no tempo. Direito objetivo e subjetivo. Faculdade jurídica. Interesse legítimo. Direitos individuais e coletivos. Direito adquirido e expectativa de direito. Pretensão material.

2. Pessoa física. Personalidade. Direitos da personalidade. Capacidade. Espécies de capacidade. Estado das pessoas. Incapacidade. Ações de estado. Proteção aos incapazes. Opção de nacionalidade. Pessoas jurídicas. Personalidade jurídica. Classificação das pessoas jurídicas. Pessoas jurídicas públicas. Grupos não personificados ou despersonalizados. Despersonalização das pessoas jurídicas. Domicílio.

3. Bens. Classificação. Bens públicos. Bem de família e a Lei nº 8.009/90. Família, conceito e alcance.

4. Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Aquisição, conservação, transferência, modificação e perda dos direitos. Ato jurídico. Conceito e classificação. Defeitos dos atos jurídicos. Modalidades dos atos jurídicos. Poder potestativo. Forma dos atos jurídicos e sua prova. Nulidades dos atos jurídicos. Negócio jurídico. Conceito e classificação. Elementos e forma. Ato ilícito. Conceito. Consequências dos atos ilícitos. Ilícito contratual (relativo) e extracontratual (absoluto). Ilícito penal, civil e administrativo. Prescrição e decadência. Prescrição contra a Fazenda Pública (Decreto nº 20.910/32 e Decreto-lei nº 4.597/42).

5. Do direito de empresa. Do empresário. Da sociedade. Do Estabelecimento. Dos institutos complementares.

6. Direito das coisas. Posse. Conceito e classificação. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Proteção possessória (ações possessórias). Propriedade. Conceito e classificação. Propriedade imóvel. Modos de aquisição e perda. Usucapião. Limitações da propriedade. Desapropriação. Parcelamento do solo urbano. Uso nocivo da propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias: enfiteuse, servidão, penhor e hipoteca. Propriedade industrial. Marcas e patentes.

7. Direito das obrigações. Obrigações. Conceito. Modalidades de obrigações. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações solidárias. Efeitos das obrigações. Extinção das obrigações. Modalidades de pagamento. Novação, compensação e transação. Inexecução das obrigações. Prisão civil. Obrigações decorrentes de atos ilícitos. Perdas e danos. Mora. Purga da mora. Juros e modalidades. Dívidas de valor e dívida de dinheiro. Correção monetária. Cessão de crédito. Pagamentos a cargo da Fazenda Pública. Precatórios. Liquidação das obrigações.

8. Contratos. Disposições gerais. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais. Sinal ou arras nos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Espécies de contratos. Compra e venda. Contrato preliminar. Cláusula penal. Mútuo. Comodato. Termo de ocupação (imóvel funcional). Depósito. Mandato. Contrato de adesão. Alienação fiduciária em garantia.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

Contrato de seguro. Jogo e aposta. Fiança. Locação de imóveis. Resolução dos contratos. Distrato. Títulos ao portador. Preferências e privilégios no concurso de credores.

9. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público. Responsabilidade das pessoas jurídicas públicas com personalidade de direito privado. Teorias sobre a responsabilidade civil do Estado. Teoria da imprevisão. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Direito de regresso. Solidariedade na ação de indenização. Dano material, dano estético e dano moral. Dano moral das pessoas jurídicas. Dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, histórico e paisagístico. Efeitos da sentença penal no juízo cível. Exclusão de responsabilidade civil. Abuso de direito.

10. Direito de família. Do Direito Pessoal. Do Direito Patrimonial. Da União Estável. Da Tutela e da Curatela.

11. Do Direito das Sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. 12. Das disposições finais e transitórias do Código Civil.

DIREITO DO TRABALHO

Definição e Fontes do Direito do Trabalho. O contrato individual do trabalho: conceito, elementos essenciais e acidentais. Distinção entre relação de emprego e relação de trabalho. Sujeitos do contrato individual de trabalho: empregado e empregador. Dos diversos tipos de empregados: urbano, doméstico, rural, aprendiz, temporário, avulso. Dos trabalhadores não empregados: autônomo, eventual, empreiteiro, cooperado, estagiário. Empresa, sucessão de empresas, grupo econômico, responsabilidade solidária. Terceirização: lícita e ilícita, responsabilidade subsidiária. Contrato individual de trabalho: duração, nulidades, prescrição, decadência. Contrato individual de trabalho e contratos afins: empreitada, mandato, sociedade, parceria rural, locação de serviços. Identificação profissional: a CTPS, os registros de empregados. Duração do trabalho: noções gerais, jornada, intervalos. Retribuição do trabalho: remuneração, salário, características, formas de pagamento. Salário mínimo. Piso salarial. Salário-família. Proteção do salário: irredutibilidade, isonomia e equiparação salarial. Componentes da remuneração: gratificações, gorjetas, gratificação de natal. Retribuição indenizatória do salário. Condições Especiais de Trabalho. Repouso semanal remunerado. Férias. Suspensão e interrupção do contrato individual de trabalho. Garantia do emprego e do tempo de serviço: estabilidade, indenização, FGTS. Extinção do contrato individual de trabalho. Aviso Prévio. O trabalho do menor. Segurança e Medicina do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho: Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva de Trabalho e Direito de Greve.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Conceito. Fontes. Princípios: Gerais de Direito Processual e Peculiares do Processo do Trabalho. Interpretação. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho: Órgãos da Justiça do Trabalho. Das Varas do Trabalho. Composição e Funcionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho. Composição, Organização e Funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho. Corregedoria da Justiça do Trabalho. Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho. Dos Oficiais de Justiça Avaliadores: atribuições. Jurisdição e competência da Justiça do Trabalho: Conceito de jurisdição. Conceito de competência. Espécies de competência. Competência absoluta e competência relativa. Declaração de incompetência. Modificação da competência. Competência material da Justiça do



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

Trabalho (*ex ratione materiae*). Competência em razão da pessoa (*ex ratione personae*). Competência em razão do lugar (*ex ratione loci*). Competência funcional ou em razão da hierarquia. Competência normativa da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho: Conceito. Organização. Princípios Institucionais. Funções Institucionais. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo Ministério Público. O processo de dissídio individual: Atos processuais. Termos. Prazos. Nulidades. Prescrição. Decadência. Partes e Procuradores. Assistência. Representação. Substituição Processual. *Jus postulandi*. O procedimento ordinário do dissídio individual: Fase Pré-Processual: Comissões de Conciliação Prévia. Composição e funcionamento. Competência. Postulação. Conciliação. Eficácia do termo de conciliação extrajudicial. Fase Postulatória: Petição Inicial. Audiência de Instrução e Julgamento. Conciliação. Resposta do Reclamado. Compensação e Retenção. Exceções. Reconvencção. Fase Probatória: Ônus da Prova. Depoimento Pessoal. Depoimento Testemunhal. Prova Documental. Prova Pericial. Razões Finais. Fase Decisória: Decisão da Causa, Sentença: estrutura e requisitos. Custas e Emolumentos. Coisa Julgada. O procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. Dissídios sujeitos ao Procedimento Sumaríssimo. Petição inicial e citação do reclamado. Audiência de instrução e julgamento. Resposta do reclamado e produção de provas. Conciliação. Incidentes e Exceções. Dissídio coletivo: Conceito. Poder normativo da Justiça do Trabalho. Espécies de dissídios coletivos. Partes no Dissídio Coletivo. Petição Inicial. Do comum acordo. Audiência de conciliação. Defesa. Julgamento. Vigência. Data-base. Extensão das Decisões. Sentença normativa. Ação de cumprimento. Recursos trabalhistas: Conceito de recurso. Pressupostos recursais. Efeitos dos recursos. Recurso *ex officio* ou remessa oficial. Interposição de recurso. Princípio do non reformatio in pejus. Recurso adesivo. Juízo de admissibilidade. Recurso ordinário. Agravo de instrumento. Agravo de petição. Embargos de declaração. Recurso de embargos no TST. Recurso de revista. Recurso extraordinário. Agravo Regimental. Lei Federal n. 13.015/2014. Processo de execução trabalhista: Conceito. Execução Provisória e Execução Definitiva. Títulos Exequíveis na Justiça do Trabalho. Legitimidade ativa e passiva. Execução contra a Fazenda Pública. Prescrição intercorrente. Aplicação supletiva da Lei dos Executivos Fiscais. Liquidação da sentença. Impugnação ao cálculo. Mandado de citação e penhora. Embargos à execução. Expropriação dos bens. Embargos à expropriação. Embargos de terceiro. Ações especiais admissíveis no processo do trabalho: Ação civil pública. Tutelas Provisórias no Direito Processual do Trabalho. Ação rescisória. Mandado de Segurança. Habeas Corpus.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito Tributário. Fontes do Direito tributário. Sistema Tributário Nacional. Constituição Federal e Código Tributário Nacional.
2. Competência tributária. Repartição de competência tributária (discriminação de rendas). Limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios constitucionais tributários).
3. Tributos. Conceito, classificação e espécies de tributos. Tributo, preço público e tarifa. Funções fiscal, parafiscal e extrafiscal do tributo.
4. Legislação tributária. Leis, medidas provisórias, tratados, convenções internacionais e decretos. Delegação no campo tributário. Normas complementares da legislação tributária. Noções sobre a reforma tributária.



ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral do Estado

-
5. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.
 6. Obrigação tributária. Conceito, espécies e elementos. Fato gerador. Sujeitos da obrigação tributária. Sucessão tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Solidariedade e seus efeitos. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária dos sucessores e substitutos tributários e de terceiros na relação tributária.
 7. Crédito tributário. Constituição do crédito tributário. Tipos de lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Pagamento indevido e compensação. Exclusão do crédito tributário. Imunidade. Garantias e privilégios do crédito tributário. Correção monetária do crédito tributário.
 8. Administração tributária. Fiscalização e Dívida ativa. Certidões negativas. Certidão positiva com efeito de negativa.
 9. Distribuição das receitas tributárias. Imposto sobre a propriedade territorial rural e sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Lei Federal nº 4320/64. Lei Complementar nº 101/2000. Lei do sigilo bancário (Lei Complementar 105/2001).
 10. Direito processual tributário. Execução da dívida ativa (Lei nº 6.830/80). Ação de repetição de indébito. Mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica e tributária. Ação declaratória de inexigibilidade de crédito fiscal. Ação anulatória de débito fiscal. Ações coletivas no campo tributário. Ação civil pública. Ação popular. Ação de consignação em pagamento. Tutela Cautelar no campo tributário. Ação Cautelar Fiscal. Tutelas provisórias no campo tributário. Controle difuso da constitucionalidade da lei tributária. Infrações civis e penais da lei tributária.
 11. Convênios do ICMS. Sistema Tributário do Estado do Maranhão. Lei Estadual nº 7799, de 19 de dezembro de 2002, e seu respectivo regulamento. Lei Federal nº 6830, de 22 de setembro de 1980 (Lei das Execuções Fiscais), Lei Complementar Federal nº 87, de 24 de setembro de 1996. Da substituição tributária. Lei Estadual nº 7765, de 23.07.2002. Lei Complementar Federal nº 123/2006.